



CONTRATO Nº/2024

PAD 15091/2023

**Anexo VII – Minuta de
Contrato****CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS, que entre si fazem o
TRIBUNAL REGIONAL
ELEITORAL DO PARANÁ e a
empresa**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico n.º /....., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº, com sede na cidade de, Rua, nº bairro, CEP, telefone (...), e-mail, neste ato representada pelo(a), CPF n.º ***.....**, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço de engenharia para manutenção preventiva e corretiva de sistemas de climatização no prédio sede do TRE/PR e no Fórum Eleitoral de Curitiba, incluindo remanejamento de equipamentos e serviços correlatos, com fornecimento parcial de peças, integral de ferramentas, equipamentos e materiais necessários, visando atender às necessidades do Contratante.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Edital de licitação, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

2.1 - Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência- Anexo I, sendo:

SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA		
Descrição		
Manutenção Preventiva e Corretiva		
SERVIÇOS SOB DEMANDA		
Descrição	Unid. de medida	QTD
Instalação de aparelho de ar condicionado	unidade	90
Desinstalação de aparelho de ar condicionado	unidade	60
Serviços Adicionais para realização de Estudos e Projetos	hora	468
Acréscimo de tubulação e fiação elétrica em instalação superior a 5,00 metros	metro	50

2.2 - Compreende-se por sistema de climatização todos os aparelhos, sistemas de drenagem e renovação de ar, dutos e seus acessórios, tais como suportes, mãos francesas, controle remoto, etc.

2.3 - Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, nos termos do art. 6º, XXI, alínea “a” da Lei 14.133/2021.

2.4 - Local da prestação dos serviços: Os serviços serão prestados no prédio Sede do TRE/PR e no Fórum Eleitoral de Curitiba, situados na Rua João Parolin, nº 224 e nº 55, respectivamente, na cidade de Curitiba/PR.

2.5 - Natureza do Objeto: serviço com mão de obra sem dedicação exclusiva.

2.6 - De acordo com o artigo 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, esta contratação será realizada pelo regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1- Incumbe ao CONTRATANTE:

I - Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, edital e seus anexos e deste instrumento contratual.

II – Decidir sobre as solicitações relacionadas à execução do contrato que venham a ser solicitados pela CONTRATADA referentes ao objeto da contratação, inclusive as de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

III - Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento.

IV- Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1 - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência – Anexo I.

4.2 – Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como com todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.

4.3 - Deverá cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente contrato vigorará pelo período de **30 (trinta) meses**, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente até 10 (dez anos) nos termos do art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021 ou extinto antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SEXTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

6.1 - A despesa com o presente instrumento correrá a conta de:

Programa de Trabalho/ PTRES:

Elementos de despesa:

Nota de Empenho 2023NE....., de/...../20.....;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: 2771.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.1 - O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para o período de **30 (trinta) meses** o valor total estimado de **R\$.....** (.....), conforme detalhamento a seguir:

Descrição	Valor mensal	Valor total para os 30 meses de contratação
Manutenção preventiva e manutenção corretiva		
1 – Valor Total para todo o período da contratação para os Serviços de Manutenção - R\$		

Serviços sob demanda:

Descrição	Unid. de medida	QTD	Valor unitário	Valor total
Instalação de aparelho de ar condicionado	unidade	90		
Desinstalação de aparelho de ar condicionado	unidade	60		
Serviços Adicionais para realização de Estudos e Projetos	hora	468		
Acréscimo de tubulação e fiação elétrica em instalação superior a 5,00 metros	metro	50		
2 - Valor Total para todo o período da contratação para os Serviços sob Demanda - R\$				

Peças:

Descrição	Unid. de medida	QTD	Valor UNITÁRIO	Valor TOTAL
Bomba d'água para cassete	Peça	1		
Compressor 9.000 a 12.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 18.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 24.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 30.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 36.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 38.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 42.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 46.000 BTU's	Peça	1		
Compressor 48.000 BTU's	Peça	1		

Compressor 60.000 BTU's	Peça	1		
Contactora	Peça	1		
Bomba de drenagem	Peça	1		
Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1		
Placa mãe do condensador	Peça	1		
Placa receptora	Peça	1		
Turbina do evaporador	Peça	1		
3 – Valor Total para fornecimento de peças de valor superior a R\$ 200,00 - R\$				

Valor da proposta = 1 + 2 + 3 =

7.1.1 – O pagamento dos serviços será realizado conforme abaixo:

7.1.1.1 – Manutenção preventiva e corretiva: o pagamento será realizado mensalmente.

7.1.1.2 – Desinstalação / Instalação de equipamentos de ar-condicionado, novos ou usados, fornecimento de peças listadas na tabela constante do subitem 3.2.8.3.1 do Termo de Referência – Anexo I: o pagamento será realizado sob demanda.

7.1.1.3 – Instalação/remoção/relocação dos equipamentos de ar condicionado: o pagamento será realizado conforme demanda e só serão pagos se efetivamente solicitados e realizados.

7.1.2 – DOS CUSTOS ESTIMADOS

7.1.2.1 - Peças cujo valor de compra seja de até R\$ 200,00 (duzentos reais) por aparelho de ar-condicionado serão fornecidas pela Contratada sem nenhum custo adicional, conforme previsto no subitem 3.2.8.1 do Termo de Referência – Anexo I.

7.1.2.1.1 O valor previsto acima será atualizado na mesma data e pelo mesmo índice do reajuste do contrato.

7.1.2.2 - Para o fornecimento de peças de valor superior a R\$ 200,00 (duzentos reais), durante a vigência contratual, está previsto o valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

7.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.2.1 - Conforme previsto no Instrumento de Medição de Resultado – IMR, Anexo IV, ocorrerá a glosa no pagamento devido à CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis, quando esta não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas, nos termos constantes deste Contrato e do Termo de Referência - Anexo I.

7.3 - Do documento fiscal e do pagamento:

7.3.1 - O pagamento será efetuado de acordo com os serviços executados no mês.

7.3.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção, na fonte, de todo e qualquer tributo, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

7.3.3 - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço semp@tre-pr.jus.br, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, telefone: 41- 3330.8871.

7.4 - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

7.4.1 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato;
- e) Valor unitário e total;
- f) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

7.5 - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do fiscal da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

7.6 - Das Condições de Pagamento: O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos**:

7.6.1 - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

7.6.2 - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 10 (dez) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor

7.7 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

7.8 - O gestor da contratação do TRE/PR procederá à conferência dos requisitos da nota fiscal/fatura, que deverá estar de acordo com as descrições contidas na nota de empenho e no edital, bem como apresentar o mesmo número de CNPJ cadastrado, habilitado e constante nos documentos entregues, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, salvo na hipótese prevista no item 7.4.

7.8.1. - Havendo erro na apresentação do documento fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o TRE/PR.

7.9 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão do edital e/ou anexo(s).

7.10- Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.11 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido para tanto e tenha procedido solicitação formal, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

7.12 - Da regularidade fiscal:

7.12.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

7.12.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

7.12.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver extinção contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas no edital e/ou anexo(s).

7.12.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

7.12.2.1 - As consultas de que tratam as alíneas acima serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: DO REAJUSTE

8.1- Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/08/2024, nos termos do artigo 25 § 7º da Lei nº 14.133/2021.

8.2- Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da contratada, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor o acompanhamento dos serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência- Anexo I.

9.2 - Quanto ao **recebimento** do objeto, o fiscal obedecerá aos prazos e condições especificados no Termo de Referência.

9.3 - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo CONTRATANTE, da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste.

9.3.1 - A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer da execução contratual.

9.4 - O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário e estipulando prazo para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.5 - Persistindo a irregularidade, o gestor deverá criar um PAD específico de abertura de processo administrativo e encaminhá-lo à Secretaria Administrativa- SECAD, devidamente instruído com todas as informações pertinentes, constante de formulário específico, anexando-se cópia dos e-mails ou ofícios enviados à CONTRATADA pelo fiscal da contratação, referentes aos inadimplementos, com os respectivos comprovantes de recebimento pela empresa.

9.6 - Caberá ao Gestor enviar o PAD contratual, anualmente, para a concessão de reajuste, observando as condições estabelecidas na Cláusula pertinente, submetendo à apreciação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações - CPC / Seção de Análise de Custos das Contratações - SACCON, para análise e aplicação do índice indicado no contrato que, posteriormente, será apostilado pela Seção de Contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1- O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2 - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156§1º da Lei nº 14.133/2021):

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

a) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso na entrega de documentos necessários;
3	Atraso em refazer os serviços em desacordo com as especificações e no prazo estabelecido;
4	Falta de retorno às comunicações do TRE;
5	Encaminhar nota fiscal com falta de documento;

b) MULTAS: Que serão aplicadas independentemente entre si por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e a base de incidência
MÉDIA	I - MULTA MORATÓRIA: a) pelo atraso reiterado, considerando-se os registros do IMR, nas rotinas e prazos de manutenção preventiva ou corretiva; b) pelo atraso às demandas específicas informadas pelo gestor, relativamente aos serviços ou documentos necessários; c) pelo atraso em refazer os serviços recusados pelo gestor da contratação; d) pelo atraso na elaboração e entrega do PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, ou atraso em refazer ou complementar o plano, se necessário;	0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor total do respectivo mês, limitado a 20 (vinte) dias corridos. Após, será considerado inadimplemento parcial do contrato, com a possibilidade de extinção unilateral.
	II – Descumprimento reiterado, considerando-se o exercício financeiro, das obrigações inerentes à sustentabilidade, incluindo a exigência de utilização de EPIs no desenvolvimento dos trabalhos;	1,5% (um, vírgula cinco por cento) sobre o valor total do contrato

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e a base de incidência
	III – Pela falta de atuação do preposto e/ou do responsável técnico, designados, de forma reiterada, assim caracterizada pelos registros da gestão contratual.	
GRAVE	IV- Multa compensatória em razão de: a) recusa em refazer os serviços ou substituir peças, quando constatado que não atendem às características ou qualidade exigidas; b) não fornecimento de peças ou fornecimento de peças incompatíveis; c) morosidade na disponibilização da ferramenta ou aplicativo de gerenciamento de dados para acompanhamento dos serviços contratados, acarretando prejuízos à gestão contratual. c.1) será aplicável a mesma sanção pela indisponibilidade do sistema ou falhas constantes, impossibilitando ou dificultando o gerenciamento dos serviços. d) recusa em prestar garantia dos serviços ou peças fornecidas.	5% (cinco por cento), sobre o valor total do contrato.
	V - Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme item 8 do Termo de Referência – Anexo I.	5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
	VI - Inadimplemento parcial do contrato, que acarrete a extinção unilateral pela Administração.	
GRAVÍSSIMA	VII - Danos causados ao patrimônio da Administração ou de terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto, bem como danos que prejudiquem o	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato

Graduação da sanção	Descumprimentos	Dosimetria e a base de incidência
	<p>funcionamento normal da Justiça Eleitoral sem a reparação imediata.</p> <p>VIII - Paralisação ou abandono total da prestação dos serviços, que impliquem extinção unilateral da contratação; bem como o Inadimplemento total do contrato.</p>	

c) Poderá ser aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

c.1) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração e extinção do contrato.

c.2) inexecução total do contrato.

c.3) retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado, que implique extinção do contrato.

d) Poderá ser aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos descritos no item acima que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, bem como:

d.1) apresentar documentação ou declaração falsa.

d.2) praticar ato fraudulento.

d.3) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

d.4) praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013.

10.3 - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4 - A aplicação das sanções previstas não exclui, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5 - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação

10.6 - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF, comprovado o recebimento.

10.7 - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8 - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1 - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9 - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13 - As sanções serão registradas no SICAF e publicadas no DOU, nos casos de impedimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente contrato, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba,de de 2024.

.....

Solange Maria Vieira

¹ Excepcionalmente, poderá ser aceito outro formato.

Representante Legal
p/Contratada

Diretora-Geral - TRE/PR
p/Contratante